

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 17 de agosto de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Econ. Brasil Sem ruptura na política econômica

O pedido de demissão do presidente do Banco Central (BC), Paulo César Ximenes, reacende a discussão sobre o papel que deve caber ao BC em um programa de ajustamento no qual o País está empenhado. Não se entenda com isso que deva haver qualquer ruptura na condução da política econômica. O economista Pedro Sampaio Malan, que deverá exercer o cargo se seu nome for confirmado pelo Senado, como se espera, faz parte da mesma equipe sob o comando do ministro Fernando Henrique Cardoso, devendo os rumos permanecer os mesmos.

Particularmente, deverá ter continuidade a política de alongamento do perfil da dívida interna e de redução paulatina dos juros. Sob a chefia de Ximenes, um técnico sério e competente, a parcela da dívida colocada junto ao mercado passou a apresentar, no final de julho, um prazo médio de cinco meses e 24 dias, um considerável avanço com relação à situação de poucos meses atrás, quando este prazo era de dois meses e 29 dias. Isso influiu diretamente sobre a queda dos juros reais.

O que se prevê é que a estrutura do BC deva passar por uma modificação, mais de natureza normativa interna, não devendo ser al-

teradas as relações que o órgão mantém com o mercado. O que se tem em mira, nesta fase, é fazer com que o BC atue mais de acordo com os moldes de instituições do gênero em outros países. Para tanto, considera-se indispensável que as contas do BC sejam separadas das contas do Tesouro Nacional, evitando que a instituição incumbida do controle monetário reincida no erro de atuar como agente financiador do governo.

A simples colocação desse objetivo levanta a hipótese de o BC vir a ser transformado em instituição independente, pretendendo-se com isso criar meios para que o órgão seja resguardado de pressões políticas. Entre outras, a idéia mais aceita é a de que os integrantes da diretoria da instituição, cujos nomes seriam indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Congresso Nacional, tivessem um mandato fixo.

Seja qual for a alternativa proposta, parece-nos que estamos ainda muito longe de,

pelo menos, poder cogitar de um banco central com independência ainda que relativa, já que um grande distanciamento da política monetária da política econômica global é inviável mesmo nos países desenvolvidos. Antes de mais nada, o País está diante do desafio de regularizar as finanças públicas e, enquanto isso não for feito, não há nenhuma possibilidade real de que a autoridade monetária possa ser mantida algo afastada do arcabouço do Poder Executivo.

Isso não quer dizer, de modo algum, que o BC não possa ser aperfeiçoado. Por força de diversos fatores, entre os quais não deve deixar de ser mencionada a deficiência de quadros técnicos de outros setores da administração federal, o BC foi, ao longo do tempo, acumulando funções que não lhe são próprias. Tem havido iniciativas no sentido de enxugar atribuições, mas que não permitiram, como se tem visto, evitar atritos nos mais altos escalões do governo.

Pedro Malan, pelo conhecimento e experiência, tem todos os requisitos para administrar o BC nesta hora difícil, de modo que o órgão possa funcionar de forma mais afinada com as metas que o governo se propõe atingir. A propósito da questão da transparência na atuação do BC, convém lembrar que Malan, como negociador da dívida externa, credenciou-se pela disposição de prestar esclarecimentos precisos, em um processo politicamente tão delicado e que, em todas as suas etapas, foi supervisionado pelo Senado. Para o seu posto, irá o economista André Lara Resende, conhecido pelo seu talento, e que volta ao governo, desta vez ingressando na área externa.

Estamos certos de que ambos são merecedores da confiança dos mercados interno e externo e que podem vir a dar uma contribuição técnica valiosa para levar a bom termo o Programa de Ação Imediata (PAI). Muito poderão ajudar também nas negociações que o País está retomando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e que dependem, em larga medida, da credibilidade das ações do governo nas áreas fiscal e monetária.